

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1022 - 10/4/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

TRABALHADORES PREPARAM GREVE GERAL NO DIA 28/4

Após o sucesso das mobilizações de 15/3 e 31/3 as centrais sindicais, entidades estudantis e organizações de trabalhadores preparam uma grande greve geral para o dia 28/4, em protesto às reformas que tramitam no Congresso nacional.

A crise do capital que assola de forma violenta, principalmente os países em desenvolvimento, obrigou o governo golpista de Michel Temer a propor novas reformas para recompor as perdas dos grandes empresários e do agronegócio. Assim já foi aprovada na Câmara a terceirização irrestrita e são discutidas hoje as reformas da Previdência e Trabalhistas, que pretendem retirar direitos dos trabalhadores em uma escala nunca vista. Nesse sentido, trabalhadores e estudantes preparam mais uma grande resposta contra a barbárie que os golpistas pretendem instaurar. Nas próximas semanas as Centrais Sindicais deverão discutir formas para organizar a paralisação em

todo o país. Os professores municipais e estaduais já decidiram em suas assembleias de 31/3 aderir ao movimento e paralisar suas atividades. O Sinpro realizava ao final desta edição uma assembleia para organizar a participação da categoria na paralisação.

PUC-SP

Na PUC-SP a APROPUC e AFAPUC devem realizar uma série de atividades para preparar a greve geral. Os alunos da pós em serviço Social deliberaram por unanimidade participar da Greve do dia 28/4 e redigiram um documento em apoio ao movimento (veja nota abaixo). Nas próximas semanas os diversos departamentos deverão tirar posição sobre o evento.

A importância da participação nas atividades programadas é fundamental para a preservação dos direitos trabalhistas conquistados com muito custo pelos trabalhadores brasileiros.

28 DE ABRIL
VAMOS PARAR
O BRASIL

Ministério do Trabalho e Emprego
Harp de 2017

CARTEIRA DE TRABALHO
E
PREVIDÊNCIA SOCIAL

QUEREM
ACABAR COM A
APOSENTADORIA
E OS DIREITOS TRABALHISTAS!

As Centrais Sindicais do Brasil convocam a classe trabalhadora a paralisarem suas atividades, fazerem greves, protestos, atos e manifestações no dia 28 de abril contra as propostas de reformas da Previdência e Trabalhista e contra a terceirização aprovada na Câmara dos Deputados. O dia 15 de março foi apenas um ensaio para o dia 28 de abril. Agora, chegou a hora. A classe trabalhadora vai à luta unificada, em todo o País!
Contra a proposta de Reforma da Previdência | Contra a proposta de Reforma Trabalhista | Contra a proposta de Terceirização



Nota dos/as discentes do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP

Os/as estudantes do Programa acima citado, reunidos/as em assembleia, nas dependências da PUC-SP, no dia 04/04/2017, atentos e preocupados/as com o grave momento econômico, político e social que assola o país, incidindo sobremaneira na classe trabalhado-

ra, em especial seus segmentos mais empobrecidos, a qual historicamente se vê alijada dos seus direitos mais elementares, como saúde, educação, assistência social, dentre outros. Entendendo que o momento exige posturas firmes e de contraponto a esse estado de coisas,

decidiu, por UNANIMIDADE, aderir ao chamamento à GREVE GERAL do dia 28/4: Contra a Reforma da Previdência e Trabalhista; por Nenhum Direito a Menos e pelo Fora Temer. Na ocasião paralisaremos nossas atividades estudantis e participaremos das manifestações

propostas. Fazemos um chamado para que os/as colegas estudantes de outros cursos de Graduação e Pós-Graduação da PUC-SP e Brasil afora, se organizem e assumam seu protagonismo diante de tão grave momento que enfrentamos. **Todos à GREVE GERAL!**

**FORA TEMER!
ABAIXO O GOLPE DA DIREITA!
CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!
PREPARAR A GREVE GERAL!**

**FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!**

**Associe-se
à AFAPUC**

Estudantes se unem em ato contra o aumento da mensalidade

Cerca de 400 estudantes de diversos cursos da PUC-SP se reuniram no dia 5/4 em concentração na Prainha exigindo, entre outras pautas, a imediata revogação do aumento das mensalidades na PUC-SP.

No ano de 2017 alguns cursos sofreram um aumento de mais que o dobro da inflação, ocorreram o fechamento de turmas e diminuição de bolsas de estudo. Os estudantes decidiram em assembléia no dia 28/3 convocar um ato para pressionar a Fundasp e a reitoria da universidade, cobrando a revogação do aumento das mensalidades e o posicionamento em relação à luta. Em pauta estava também o fechamento do curso de Geografia, a suspensão da turma de 2017 de Comunicação das Artes do Corpo, e o fato das bolsas concedidas pela Fundasp terem diminuído de 100 bolsas em 2016 para somente 37 neste ano.

O ato reuniu inúmeros alunos às 10h da manhã enchendo a Prainha com cartazes e cantos, chamando a participação de todos. Logo, os alunos se uniram e subiram chamando pelos corredores com a palavra de ordem “o que você paga, não deveria, educação não é mercadoria.”

O ato aconteceu em dois períodos, durante a manhã uma concentração na Prainha e em seguida uma caminhada até a Fundasp, para entregar aos gestores uma nota feita pelos alunos listando mudanças e pedindo uma reunião para conversar sobre os assuntos pautados.

Ao chegar na Fundasp,



Estudantes protestam em frente à Reitoria e são ouvidos pelo secretário-executivo Rodolpho Perazzolo, a reitora Maria Amália Andery e o Pró-Reitor de Relações Comunitárias Antonio Carlos Malheiros

após tentar contato, os alunos foram informados que os gestores estavam reunidos no Conselho de Administração, Consad.

Os estudantes voltaram para a rua Monte Alegre onde foram recebidos pela reitora e os secretários-executivos João Julio Farias e Rodolpho Perazzolo que ouviram a leitura da carta. Os estudantes questionaram diversas posições da Fundasp, entre elas a de cortar o repasse à Assistência Jurídica (AJ) do 22 de Agosto. O megafone foi entregue à Reitora e aos secretários executivos, que responderam aos pedidos dos alunos enfatizando que a luta pela educação gratuita é uma luta de todos à qual a PUC-SP dá total apoio. Os dirigentes da universidade afirmaram que serão consideradas e discutidas todas as reivindicações entregues na nota feita pelos alunos e dispuseram-se a sentar com um grupo de alunos para debater as reivindicações, o que foi recusado pelo grupo que pediu uma reunião aberta, com todos os estudantes, professores e fun-

cionários que queiram participar no Tuca, com a reitora e o Padre Rodolpho.

A reitora disse que a PUC-SP irá começar contratando pela CLT os funcionários da segurança, que hoje são terceirizados. A Reitoria e a Fundasp prometeram avaliar e colocar em prática a

realocação dos espaços de alimentação e convivência dos funcionários em até 15 dias.

No período da noite foi realizado o mesmo ato na Prainha com a participação de inúmeros alunos onde foi explicado o que aconteceu de manhã.

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

11/4
terça-feira

sala 100-A
14h

Eleição AFAPUC
Informes

APROPUC realiza primeiro debate sobre os 100 anos da Revolução Russa

No dia 18/4 acontece o primeiro debate do ciclo preparado pela APROPUC para celebrar o centenário da Revolução Russa. Na abertura do evento acontecerá uma

discussão com o tema A Revolução Soviética - Elementos Fundamentais. Os debatedores abordarão tópicos como Lenin e o Partido, a primeira Guerra Mundial e a Revo-

lução Russa e os Soviets.

O debate ocorrerá na sala 117-A a partir das 19h. De abril a novembro a APROPUC realizará mensalmente um debate abordando os principais

aspectos da Revolução Russa. Veja calendário abaixo. Além disso acontecerá, paralelamente, uma mostra do cinema soviético com discussão sobre os filmes apresentados.

100 ANOS DE REVOLUÇÃO RUSSA

18/ABRIL

Revolução Russa de 1917: lições e atualidade

Lenin e o Partido - A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa- Os Soviets

16/MAIO

A influência da Revolução Russa no Brasil

A Greve de 17- Anarquismo e Comunismo no Brasil - A Rev. Russa e a América Latina

07/JUNHO

A emancipação das mulheres na Revolução Russa e o fim de todas as formas de opressão

Revolução/Amor Livre/Aborto - LGBT - Etnias

15/AGOSTO

Educação, Arte e Cultura

Educação: Operariado e campesinato - Educação e Religião - Arte e Cultura

14/SETEMBRO

A restauração

A NEP (Nova Política Econômica) - O Internacionalismo - A Revolução Permanente

30/OUTUBRO

Programáticas da Revolução hoje à luz da Revolução Russa de 1917 - I

07/NOVEMBRO

"Ato com Tribuna Livre para manifestações

09/NOVEMBRO

Programáticas da Revolução hoje à luz da Revolução Russa de 1917 - II

Todas as palestras terão início às 19h.

Palestra discute os 53 anos do golpe de 1964

O auditório da APROPUC lotou no dia 3/4 para o debate organizado pelo Grupo de Estudos de Filosofia Política Contemporânea e pelo Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (Nehtipo) sobre os 53 anos do golpe de 1964, intitulado "Resistência democrática de Leonel Brizola, reformas de base e revoltas estudantis contra a autocracia burguesa (1961-1968), com liderança de Prof. Dr. Antonio Rago Filho (História PUC-SP) e Rodolfo Costa Machado (Doutorando História pela PUC-SP).

O evento debateu a configuração da burguesia

brasileira na história, analisando a autocracia burguesa na política e no meio das relações de produção. Rago falou sobre o golpismo da burguesia brasileira, durante o pré-golpe de 1964, no momento que ocorreu a generalização das lutas populares pelas Reformas de Base, sob o manto do trabalhismo de figuras como João Goulart, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola.

Também foi discutido sobre o período da abertura, destacando a expressividade das greves operárias do ABC com assembleias sindicais reunidas no estádio de Vila Euclides com 30 e



Os professores Antonio Rago Filho e Rodolfo Costa Machado na mesa do debate.

40 mil operários. O professor apontou também a importância dos familiares daqueles que morreram e desapareceram vítimas do Estado brasileiro responsável

por graves violações de direitos humanos, e por fim disse que construiu o debate para mostrar como a burguesia vive de golpismos, militares e parlamentares.

ANA AMOROSO

A proposta do governo ilegítimo de Temer para as aposentadorias no Brasil

Rosa Maria Marques

A proposta de "contrarreforma" do governo Temer para a Previdência Social, especialmente no campo das aposentadorias, constitui a mais radical até agora encaminhada pelos neoliberais depois da Constituição de 1988. Por sua envergadura, somente é comparável ao que os militares realizaram nos anos 1970, quando unificaram os diferentes institutos e criaram um sistema nacional de previdência social para todos os trabalhadores do mercado formal de trabalho. Mas hoje, ao contrário daquela, implica aumentar o grau de exclusão (ou diminuir o grau de cobertura com relação ao total de trabalhadores), diminuir o valor do benefício, aumentar significativamente a idade do início da aposentadoria e equiparar os funcionários públicos aos trabalhadores do setor privado, entre outros aspectos. Serão esses seus principais resultados, caso a proposta de Temer seja aprovada, mesmo com emendas que alterem em parte o que foi proposto. O Brasil do depois será certamente mais desigual e excludente.

O projeto de reforma do governo Temer não envolve substituir o sistema público de repartição por um privado de capitalização. Há muito ficou claro que essa opção, que foi defendida pelos neoliberais em vários momentos, no Brasil, e proposta pelo Banco Mundial para a América Latina, não era possível de ser aplicada no país. O tamanho do sistema público de proteção social e o número de aposentados sempre se constituiu num obstáculo, dado que

o Estado brasileiro não tinha (e não tem) condições financeiras para arcar com o pagamento do estoque de benefícios em caso de privatização. Mas, num certo sentido, se é que se pode dizer dessa maneira, o que está sendo proposto é pior do que transformar o sistema público de repartição em privado de capitalização. Vejamos por que.

Em primeiro lugar, porque aumenta o grau de exclusão. Como sabido, atualmente a previdência social somente é garantida aos que estão vinculados ao mercado de trabalho formal e que, portanto, para ela contribuem; dela estão, então, excluídos cerca de 50% dos trabalhadores, que atuam no mercado informal de trabalho. O que acontecerá, caso seja aprovado o previsto na proposta de Temer, é que parcela dos trabalhadores do mercado formal não terão condições de se aposentar, pois não preencherão uma das condições de acesso, o tempo de contribuição. O tempo mínimo de contribuição previsto no projeto encaminhado passou de 15 para 25 anos (somado à idade de 65 anos). Considerando que a trajetória do trabalhador brasileiro do mercado formal é muitas vezes interrompida pelo desemprego e pela ocupação informal, o cumprimento de 25 anos de contribuição exigirá muito mais tempo para ser comprovado, o que inviabilizará sua aposentadoria. Além disso, a exigência de contribuição dos trabalhadores rurais não assalariados, da economia familiar, implica excluí-los do sistema de proteção, dado que sua renda é incerta e reduzida, não havendo como eles contribuir regularmente. Quando os

constituintes estenderam o direito à aposentadoria aos trabalhadores rurais, de valor igual ao piso de um salário mínimo, sem contrapartida de contribuição, o fizeram por reconhecer a especificidade dessa atividade e com base na experiência internacional. Contudo, no Brasil, ao contrário do que foi feito em outros países, em nenhum momento recursos de impostos foram dirigidos para financiar as aposentadorias dos rurais.

O segundo impacto da reforma será o empobrecimento dos futuros aposentados, dado que é proposto que, aos 25 anos de contribuição e 65 anos, o trabalhador tenha direito a somente 51% do valor sobre o qual ele contribuiu e não mais 70%. Assim, se o trabalhador tiver contribuído sobre 2 salários mínimos, terá direito a pouco mais que 1 salário mínimo, e assim por diante, até o teto de 5 salários mínimos. Caso o trabalhador queira receber o equivalente ao salário sobre o qual contribuiu, terá que trabalhar durante 49 anos - ou começar muito, muito cedo, ou estender, para muito além dos 65 anos, sua aposentadoria. De fato, essa opção fica descartada, pois é inviável, considerando que o mercado de trabalho não contrata extremamente jovens e idosos.

O último aspecto que merece atenção é a intenção do governo em não fazer distinção entre o trabalhador do setor privado e o funcionário público em matéria de acesso à aposentadoria, seja ele do governo federal, estadual ou municipal. A rigor, esse movimento, a que chamam de "harmonização" dos regimes, faz parte de uma estratégia mai-

or com relação ao Estado, da qual a introdução do teto de gastos por 20 anos, aprovada recentemente, é um de seus exemplos maiores. Trata-se de não reconhecer a especificidade do setor público, introduzindo em seu interior os princípios, objetivos e diretrizes das grandes corporações privadas, no qual o funcionário é tratado de forma igual a de um trabalhador do setor privado, onde impera a lei do mercado. Recentemente, como reação às manifestações ocorridas, em 15 de março, contra a reforma da Previdência, o governo retirou da proposta os servidores dos Estados e Municípios. Essa iniciativa, no entanto, no lugar de sinalizar um recuo, objetiva dividir o movimento de resistência, posto que os funcionários de muitos estados brasileiros, bem como de grandes municípios, foram essenciais na determinação maciça dos movimentos de 15 de março. E o fato de serem retirados da proposta não significa que seu conteúdo não será reapresentado, num segundo momento, nos estados e grandes municípios, especialmente naqueles que apresentam dificuldades financeiras de toda a ordem.

Frente a isso, aos trabalhadores brasileiros só resta continuar a luta de resistência, fazendo da próxima manifestação uma maior ainda, de forma a que seu forte NÃO ecoe no Congresso Nacional.

Rosa Maria Marques é Professora titular de economia da PUCSP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

Argentina tem greve geral contra ataques de Macri

Na quinta-feira, 6/4 trabalhadores e estudantes paralisaram suas atividades na Argentina em protesto contra a política de ajustes do presidente Macri. Da mesma forma que acontece no Brasil as medidas econômicas do governo de Mauricio Macri têm o sentido de privilegiar o grande capital. Ao longo de seus primeiros meses de governo, Macri vem promovendo um exorbitante aumento de tarifas, criando tetos salariais e atacando os acordos coletivos de trabalho.

O governo pretende impor um teto para a negociação salarial deste ano entre 18% e 19% para as

empresas estatais e algo pouco superior para as privadas, contra uma inflação que já passou de 25% e em 2016 alcançou os 40%. Segundo as centrais sindicais o macrismo quer consolidar salários de miséria.

Apesar da repressão desencadeada pelo governo desde as primeiras horas de quinta-feira, 6/4, os trabalhadores argentinos paralisaram as suas atividades e se manifestaram contra as medidas econômicas que se tenta instaurar na Argentina.

DIREITA TENTA GOLPE NO EQUADOR

Da mesma forma que

ocorreu no Brasil a direita equatoriana, que saiu perdedora nas eleições presidenciais de março, tenta anular o pleito alegando supostas fraudes eleitorais em algumas seções de votação.

O candidato da esquerda equatoriana Lenin Moreno obteve uma pequena vantagem sobre o direitista Guillermo Lasso, que tenta agora impugnar o pleito.

A direita latino-americana vem se especializando neste tipo de golpe, que envolve geralmente o poder judiciário, quase sempre a serviço das forças conservadoras da sociedade.

Morre militante Carlinhos Kopcak

Faleceu no domingo, 2/4, o militante Carlos Carmelo Kopcak, o Carlinhos Kopcak, de atuação marcante durante a ditadura militar.

Carlinhos foi dos muitos não metalúrgicos que trabalharam na construção da Oposição Sindical Metalúrgica. Durante os anos 70 a direção dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo era dominada por uma direção comprometida com o governo da ditadura. A Oposição Sindical Metalúrgica surge como uma esperança de revigorar o sindicato dos metalúrgicos. Como a direção pelega só se reelegia através de fraudes seguidas, boa parte da esquerda se juntou à oposição.

Mesmo não sendo metalúrgico, Carlinhos tinha uma atuação constante nas portas de fábrica, acompanhando as panfletagens e as mobilizações e assim ampliou a consciência de classe, um horizonte muito maior do que a militância em uma determinada categoria profissional.

Pastoral divulga calendário de preparação do 1º de maio

A Pastoral Operária divulgou o calendário de preparação das atividades do 1º de maio. Durante o mês de abril, realizando reuniões sempre às 10h para organização do evento. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 3106-5531.

Vereador faz visitas surpresa para policiar conteúdo de cursos

O vereador Fernando Holiday (DEM) está fazendo visitas a escolas municipais para fiscalizar queixas de "doutrinação" partidária por pais de alunos. Aliado de Dória, o vereador, que foi eleito com apoio do movimento de direita MBL (Movimento Brasil Livre), postou um vídeo nas redes sociais justificando a sua ação: "Vou continuar fazendo essas visitas surpresas às escolas do município das zonas sul, leste, oeste, norte, para verificar, claro, a estrutura da escola, mas também para analisar se há doutrinação no conteúdo

que está sendo dado na sala de aula". Pelas redes sociais, Fernando conclama os cidadãos a exercerem a fiscalização nas escolas, em nome da famigerada deliberação da Escola Sem Partido.

A ação foi reprovada pelo próprio secretário da Educação do governo Dória, Alexandre Schneider que considerou-a intimidatória. As vereadoras Samia Bonfim e Isa Penna, do Psol, denunciaram no plenário da Câmara o ato de Holiday que foi por elas qualificado como censura à atividade profissional, refletindo uma caça indiscriminada aos docentes. As vereadoras denun-

ciaram Fernando Holiday ao Ministério Público e à Corregedoria da Câmara.

O Movimento Brasil Livre protagonizou os protestos contra a então presidenta Dilma Rousseff, incentivando o golpe que redundou no impeachment. Na ocasião o MBL se arvorava como um movimento apartidário que lutava pela moralidade política. Porém, áudios comprovaram o financiamento de PMDB, DEM, PSDB, entre outros partidos para que o MBL organizasse, sob o manto do apartidarismo, suas manifestações políticas.

ROLA NA RAMPA

Livro discute a limpeza étnica da Palestina

Na segunda-feira, 24/4, acontece às 19h15, no auditório 239, o lançamento do livro "A limpeza Étnica da Palestina", de autoria de Illan Pappé. A partir da abertura de arquivos oficiais israelenses, Illan Pappé debruçou-se em reexaminar criticamente os acontecimentos de 1948 e o sionismo enquanto projeto político. Nesta obra, alia-se documentos oficiais à memória palestina para demonstrar que a criação de Israel como Estado judeu redundou na limpeza étnica, ou seja, na expulsão deliberada dos palestinos. Além do autor, o evento contará com a presença de Bia Abramides, como coordenadora do evento, Bruno Huberman (jornalista e mestre em Relações Internacionais pela PUC-SP), Jorge Breogan (Operário do Livro-Editora Sundermann), Reginaldo Mat-

tar Nasser (Departamento de Relações Internacionais pela PUC-SP e Programa de Pós-Graduação Santiago Dantas -PUC-SP/Unicamp/USP), Saad Chedid (Editora Canaan de Buenos Aires) e Soraya Mislesh (Jornalista palestino-brasileira, mestre e doutoranda em estudos árabes pela USP). Apoiam o evento Centro de Estudos da História da América Latina e Caribe (Cehal), Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI), Grupo de Pesquisa em Economia Política (Gecopol-FEA), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas (NEAM), Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade (NEPI), PEPG em Serviço Social, Núcleo de Est. de História: Trabalho, Ideologia e Poder (Nethipo), além da APROPUC.

Comissão ouve últimos depoimentos no processo contra professor Passetti

Na sexta-feira, 31/3, aconteceu a última oitiva programada para o processo administrativo contra o professor Edson Passetti. A comissão processante ouviu os envolvidos e todas as testemunhas arroladas e deverá em breve entregar seu relatório à reitora Maria Amália para seu pro-

nunciamento final, ainda sem prazo para acontecer. A APROPUC reitera sua posição contrária ao encaminamento do processo, sustentando que ocorrências desse tipo poderiam ser resolvidas internamente através da conciliação entre as partes, mediada pela própria reitoria.

Estudantes de Ciências Sociais discutem eleição no CACS

Um grupo de estudantes de Ciências Sociais está propondo a realização de um plebiscito para uma possível mudança da forma de gestão no CACS. Para tan-

to os estudantes estão organizando uma roda de conversa nos dias 11 e 12/4, pela manhã e noite. O plebiscito está marcado para dia 18/4.

Mais uma rodada de negociações do Acordo Interno

Na segunda-feira, 03/4, aconteceu mais uma rodada de negociações do Acordo Interno de Trabalho. Os docentes tiveram equiparado o valor do auxílio-escola ao dos funcionários, ou seja, R\$726,00. Quanto à cesta básica dos funcionários o secretário-executivo da Fundação

São Paulo, padre Rodolpho Perazzolo pretende discutir nas próximas reuniões possíveis alterações na forma de pagamento. Ainda não se chegou a um acordo sobre o pagamento dos salários de professores e funcionários no 5º dia útil quando ele cair em um sábado.

Boletim DEPE discute Governo Temer

No dia 5/4 foi lançado, em reunião do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento e Política Econômica, o Boletim DEPE de conjuntura março/2017, seguida de discussão com os participantes. Com coordenação do Prof. Dr. Antonio Corrêa de Lacerda e uma equipe de redação contendo Ana Paula Negreli Persici Vassallo, André Campede-

lli, André Schneider Dietzold, Luiz Ricardo, Marcos Henrique do Espírito Santo, Nathalia K. C. Ribeiro e Tiago Antonio de Oliveira, o boletim fala sobre o Governo Temer e a sua trajetória de tentar impor alterações significativas dos contratos sociais, assim como tem sido com a terceirização, com a previdência, além de outras mudanças.

Professor da PUC-SP é homenageado pela CCBT

O Centro Cultural Brasil-Turquia (CCBT) organiza a celebração do Dia da Comunidade Turca com sessão solene na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e homenageia, com Premiação Anual, as instituições e personalidades por suas atividades. O "Prêmio Anual do CCBT" este ano será entregue

ao Prof. Fernando Altemeyer Junior (Departamento de Ciência da Religião da Faculdade de Ciências Sociais), homenageando por sua atuação em prol da integração e sucesso da comunidade no meio acadêmico. A premiação de 2017 ocorrerá na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 18/5, às 19h30.

Formada Comissão para atividades sobre a invasão de 77

A reitora Maria Amália Anderson instituiu, no dia 31/3, uma Comissão para planejar e coordenar atividades sobre a invasão ocorrida em 22/9/1977 na PUC-SP. A Comissão é presidida pelo professor Reginaldo Nasser e conta com representan-

tes do corpo administrativo, docente e discente. Em setembro de 1977 a PUC-SP foi invadida por tropas da polícia militar comandadas pelo Coronel Erasmo Dias sob o pretexto de impedir a realização de uma reunião estudantil.